

Processo Inflacionário Brasileiro

Leonardo Morgado da Costa¹, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira²

1 – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba – Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos – SP – Brasil - leonardo@novajotace.com.br

2- Professor Assistente Doutor – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba – Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos – SP – Brasil – edsonaaqo@universiabrasil.net

Palavras-chave: Inflação, processo inflacionário, distúrbios inflacionários
Área do Conhecimento: IV- Ciências Sociais

Resumo: Este trabalho visa demonstrar a evolução da inflação no Brasil e seus aspectos desde 1950 até os dias de hoje introduzindo sua definição, seus formatos, series histórica e métodos de controle dos processos inflacionários.

Introdução

A busca da solução para a inflação brasileira já dura 30 anos. Desde a saga dos planos heterodoxos – Cruzado, Bresser, Verão e Collor – até a bem sucedida estabilização do real já se tentou de tudo.

Foram congelamentos, gatilhos salariais, ancora cambial, confisco da poupança arrochos de salários, choques de juros, entre outros.

Quase nada deu certo e o quadro da inflação sempre voltava por isso, economistas divergem: para combater a atual inflação não adianta reinventar a roda. Bastam ajustes no atual regime de matas e a redução nos gastos do governo. Dessa forma, seria possível reduzir os preços sem elevar tanto os juros.

Conceitos de Inflação

Inflação é o contínuo, persistente e generalizado aumento de preços. Consideramos quatro tipos principais:

Existem basicamente em uma economia, três tipos distintos de inflação. Na verdade, geralmente, um desses três tipos é mais preponderante em uma determinada economia, entretanto, dificilmente existirá somente um tipo de inflação na economia. Os tipos de inflação também mantêm uma certa

relação com a estrutura de mercado (oligopolista, monopolista, monopsonista, entre outros.) onde esteja ocorrendo. Os tipos de inflação se classificam, portanto em:

A) Inflação de demanda: refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços na economia. É causada pelo crescimento dos meios de pagamento, que não é acompanhado pelo crescimento da produção. Ocorre apenas quando a economia está próxima do pleno-emprego, ou seja, não pode aumentar substancialmente a oferta de bens e serviços a curto prazo;

B) Inflação de custos: tem suas causas nas condições de oferta de bens e serviços na economia. O nível da demanda permanece o mesmo, mas os custos de certos fatores importantes aumentam, levando à retração da oferta e provocando um aumento dos preços de mercado;

C) Inflação inercial: é a aquela em que a inflação presente é uma função da inflação passada. Deve-se à inércia inflacionária, que é a resistência que os preços de uma economia oferecem às políticas de estabilização que atacam as causas primárias da inflação. Seu grande vilão é a "indexação", que é o reajuste do valor das parcelas de contratos pela inflação do período passado;

D) Inflação estrutural: a corrente estruturalista supunha que a inflação em países em vias de desenvolvimento é essencialmente causada por pressões de custos, derivados de questões estruturais como a agrícola e a de comércio internacional.

Distorções provocadas por altas taxas de inflação

Efeito sobre a distribuição de renda: Diz a respeito à redução relativa do poder aquisitivo das classes que dependem de rendimentos fixos, que possuem prazos legais de reajustes. Os proprietários que auferem renda de aluguel também têm uma perda de rendimento real, ao longo do processo inflacionário, mas estes são compensados pela valorização de seus imóveis, que costuma caminhar a frente das taxas de inflação.

Efeito sobre o balanço de pagamentos: Quando a taxa de inflação for maior que os aumentos dos preços internacionais, encarecem o produto nacional relativamente ao produzido exteriormente. Assim devem provocar um estímulo à importação e um desestímulo a exportação, diminuindo o saldo da balança comercial.

Efeito sobre o mercado de capitais: num processo inflacionário intenso, o valor da moeda deteriora-se rapidamente, ocorre o desestímulo à aplicação de recursos no mercado de capitais financeiro. Há um estímulo portando em recursos de raízes como imóveis e terras. O gráfico 1 ilustra o comportamento inflacionário

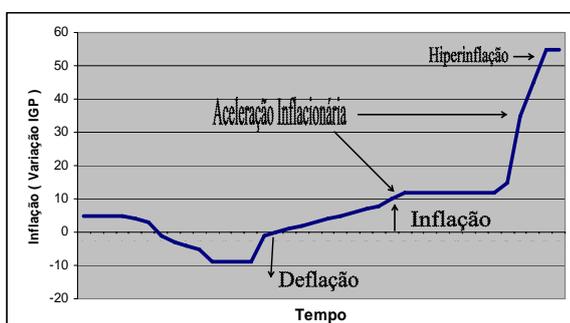


Gráfico 1 – Comportamento Inflacionário

Processo inflacionário brasileiro

A inflação é um problema bastante característico da economia brasileira em particular a partir da década de 50. Isso pode

ser ilustrado pela Tabela 1 onde observa-se a taxa de inflação desde 1948, medidas pelo índice geral de preços.

Anos	Inflação (%)	Anos	Inflação (%)
1948	8,3	1976	46,2
1949	12,2	1977	38,8
1950	12,4	1978	40,8
1951	11,9	1979	77,2
1952	12,9	1980	110,2
1953	20,8	1981	95,2
1954	25,6	1982	99,72
1955	12,4	1983	210,99
1956	24,4	1984	223,81
1957	7	1985	225,52
1958	24,3	1986	142,25
1959	39,5	1987	224,83
1960	30,5	1988	684,63
1961	47,7	1989	1319,87
1962	51,3	1990	2740,23
1963	81,3	1991	414,75
1964	91,9	1992	991,35
1965	34,5	1993	2103,4
1966	38,8	1994	2406,87
1967	24,3	1995	67,46
1968	25,4	1996	11,1
1969	20,2	1997	7,91
1970	19,3	1998	3,89
1971	19,5	1999	11,32
1972	15,8	2000	13,77
1973	15,5	2001	10,36
1974	34,6	2002	13,5
1975	29,4	2003	7,67
		2004	12,14

Tabela 1 – Evolução da inflação brasileira

Na década de 50 e início da década d 60, apontava-se como principal fonte de inflação o déficit do tesouro nacional devido basicamente a três fatores. Primeiro, necessidade de o governo suprir a infra-estrutura adequada de transporte, energia etc., para fazer frente ao desenvolvimento acelerado a partir da segunda metade da década de 50. Em segundo lugar a baixa produtividade dos serviços do governo e conseqüentemente a ineficiência das aplicações dos recursos. Finalmente constatava-se a impossibilidade do governo aumentar a carga tributária que já era excessivo tendo-se em conta já o baixo nível de renda per capita.

De 1964 a 1973, pode-se notar na tabela, a inflação não foi debelada, mas perdeu

virulência. A política de combate caracterizou-se, numa primeira fase (1964-1966), por um tratamento que pode ser classificado como tratamento de choque, por meio de uma rígida política monetária, fiscal e salarial. Enquanto de 1967 a 1973, foi batizada como uma política gradualista que correspondeu ao combate por etapas planejadas.

Em 1973, sobreveio à crise do petróleo, com repercussões profundas sobre a economia mundial, desde o ocorrido houve uma constante elevação nos quadros inflacionários. Além dos 2 choques (1973 e 1979) outros fatores contribuíram para inflação.

- 1- Elevação da dívida externa;
- 2- Elevados gastos públicos;
- 3- Sucessivos choques agrícolas.

As medidas de estabilização tomadas em 1981-1985, no final do governo Figueiredo, sob o comando do Ministro Delfim, tiveram caráter ortodoxo, sendo baseada em rigoroso controle monetário e no esforço de reduzir o déficit público.

Devido ao fracasso da política ortodoxa anterior combinada com a ascensão ao poder de uma nova corrente política que nos anos anteriores se opusera ao governo militar elaborou o chamado Plano Cruzado composto das seguintes medidas:

- 1- Congelamento dos preços, salários, aluguéis e taxa de câmbio;
- 2- Substituição do cruzeiro pelo cruzado à razão de mil por um;
- 3- Extinção do sistema de indexação.

O plano Bresser em 1987 representou uma tentativa de reeditar o choque heterodoxo do plano cruzado sem os erros de que este apresentou. Porém não contou nem com a surpresa, nem com o apoio popular que beneficiaram o Plano Cruzado.

Durante o ano de 1988, sob a liderança do ministro Máílson da Nóbrega, o governo Sarney recorreu a uma combinação restritiva de políticas monetárias e fiscal, correspondente ao método ortodoxo-gradualista de combate à inflação conhecida como "Política Feijão com Arroz".

O Plano Verão introduziu em 1989 um novo congelamento de preços, salário aluguéis e câmbio, acompanhados de uma reforma monetária caracterizada pela criação de uma nova moeda o "Cruzado Novo"

As vésperas do passe do Governo Collor, a situação econômica do país era verdadeiramente caótica em virtude da instalação de um processo de hiperinflação incontrolável e da dívida pública gigantesca. Como medida de combate bloqueou todos os ativos financeiros, instituiu um sistema de controle de preços cujos os aumentos deveriam ser autorizados pelo governo.

O Plano real instituído em 1994 foi dividido em três etapas:

- 1- Ajuste de contas do governo através do PAI;
- 2- Criação da Unidade Real de Valor;
- 3- Eliminação da moeda manual em circulação – cruzeiros reais para URV e depois para real.

Atualmente o combate à inflação utiliza o mesmo sistema desde o governo Fernando Henrique, a política monetária, através da alteração na taxa de juros básica (Selic).

Medida da Inflação

Embora os índices de mais antigos que se conhecem tenham surgido na Europa, na época das Grandes Descobertas Marítimas, somente por volta de 1920 se iniciou o cálculo sistemático de índices de inflação no Brasil.

Existem, no entanto maneiras indiretas, baseadas em registros históricos, de se estimar os índices para os anos anteriores a 1920.

Os índices começaram a ser calculados em 1920, com retroação até 1912, eram divulgados pela Fazenda Nacional e vigoraram até 1939. Tratava-se, na realidade, da indexação dos gastos com a manutenção da família de Leo Affonseca Jr., pertencente à alta classe média, que era o responsável pelo seu cálculo e envio ao governo, para publicação.

Como exemplo dos cálculos dos índices pode-se citar:

O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, consiste em uma combinação de processos destinados a produzir índices de preços ao consumidor. O objetivo é acompanhar a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) - uma instituição de pesquisa ligada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) - e foi criado pela Prefeitura do Município de São Paulo com o objetivo de reajustar os salários dos servidores municipais. Esse índice indica a evolução do custo de vida das famílias paulistanas desde 1939. Mas, somente, a partir de 1973, passou a ser elaborado pela FIPE.

O Índice de Preços do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) calcula alguns dos principais indicadores conjunturais da economia do estado de São Paulo. Dentre esses indicadores podemos citar a Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada em conjunto com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o Índice de Custo de Vida (ICV), que é apurado pelo DIEESE desde 1959.

Conclusão:

Através da análise dos dados acima verifica-se que a inflação está contida nas vidas das pessoas desde em que foi feita a primeira troca de mercadoria. Esse monstro assim denominado pelo governo só o torna que houver um péssima gestão da economia brasileira.

Viu-se que o governo brasileiro nos seus diversos períodos de gestão preocupou-se mais em contrair a demanda do que propriamente reduzir os gastos públicos. Atualmente o Governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, além do aumento dos gastos públicos, o crédito está em expansão por causa dos incentivos para desconto em folha de pagamento e empréstimos para aposentado tende a forçar a inflação para cima.

Então visto a série histórica da inflação e seus índices conclui-se que se precisa de uma política mais clara e objetiva com instrumentos corretos de intervenção na economia para se

alcançar metas inflacionárias sem que haja uma retração na economia e isso se faz com que o país se retraia tanto na economia quanto no crescimento econômico necessário para obter o desenvolvimento econômico e social.

Referências Bibliografia

Vasconcelos, Marco Antonio; Gremaud, Amaury; Junior, Rudnei Economia Brasileira Contemporânea, São Paulo: Editora Atlas, 2004 pág 112 a 129

Leite, José Alfredo Macroeconomia teoria, modelos e instrumentos de política econômica, São Paulo: Editora Atlas, 2000 pág 579 a 635

Equipe de professores da USP; Manual de Economia, São Paulo: Editora Saraiva, 2001 pág 374 a 399

Resista Conjuntura Econômica Abril/2005

http://www.renascebrasil.com.br/f_inflação2.htm

http://www.promoinveste.com.br/news-item.2005-05-01_38149486638

http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/98MENS2A.HTM

<http://www.cofeci.gov.br/indices/Historia/Inflação.html>

<http://www.economiabr.net/indicadore/idex.html>

<http://www.geocities.com/Paris/Rue/5045/inices.htm#4>

<http://www.bc.gov.br>

<http://www.fazenda.gov.br>